

# GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA: HISTÓRIA E ATUALIDADE NO PENSAMENTO DE ZBIGNIEW BRZEZINSKI

Cristina Soreanu Pecequilo<sup>1</sup>

## RESUMO

---

A hegemonia dos Estados Unidos, estabelecida em 1945, foi construída ao longo das décadas com base em concepções geopolíticas e geoeconômicas e com a contribuição de diferentes pensadores. O objetivo deste artigo é avaliar a natureza e as origens do pensamento de um destes pensadores, Zbigniew Brzezinski, e suas contribuições e impactos na área de estudos estratégicos, com base em suas obras e em sua atuação à frente do Conselho de Segurança Nacional nos Estados Unidos e como consultor da Casa Branca. O texto está dividido em três partes, além da Introdução e as Considerações Finais: um estudo sobre as décadas de 1950 e 1970, com foco na atuação inicial de Brzezinski como acadêmico e a interrelação de sua ascensão como analista e estrategista à Guerra Fria e as particularidades do sistema político norte-americano, o pensamento geopolítico e geoeconômico na bipolaridade e, por fim, o pós-Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Geoeconomia; Estados Unidos; Zbigniew Brzezinski.

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo (USP), São Paulo - SP, Brasil. crispece@gmail.com

## INTRODUÇÃO

Em Maio de 2017, o falecimento de Zbigniew Brzezinski (1928/2017), ex-Assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos (EUA) na administração democrata de Jimmy Carter (1977/1981), representou o encerramento de uma das mais significativas trajetórias do pensamento estratégico norte-americano. Brzezinski exerceu relevante papel como articulista de periódicos, com aparições na mídia a cabo (CNN) e televisão aberta (as grandes redes norte-americanas ABC, NBC, CBS), e com ampla produção bibliográfica. Manteve-se ativo como acadêmico, analista e pesquisador, e um dos principais críticos da política externa e interna dos EUA. Em um de seus últimos artigos, ao lado de Paul Wasserman, afirmava:

A ordem global (...) está caindo em uma significativa desordem com nenhuma estrutura internacional capaz de lidar com os problemas que devem emergir quase que simultaneamente (...) o caos entre as principais potências pode gerar consequências verdadeiramente desastrosas. Por enquanto, o Presidente Trump falhou em formular qualquer declaração significativa ou relevante (...). Ao invés disso, o mundo tem sido obrigado a interpretar as declarações às vezes irresponsáveis, descoordenadas e ignorantes de seu time (...) Ainda que não apoiemos o Sr. Trump, ele é o presidente (...) e queremos que ele seja um sucesso. Por enquanto, isso não parece claro para o resto do mundo ou para nós (...) Dada a performance abismal de Trump em estabelecer uma liderança capacitada à tomada de decisão estratégica, é crucial que a América e o mundo ouçam alguma visão de liderança e compromisso (...) Uma Doutrina Trump, ou qualquer doutrina (..), é muito necessária. (BRZEZINSKI and WASSERMAN, 2017, s/p)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> "The global order (...) is sliding into significant disorder with no international structure capable of handling the kinds of problems that are likely to erupt almost simultaneously (...) chaos among the major powers could generate truly disastrous consequences. So far, President Trump has failed to formulate any significant, relevant statements (...)

Essa ausência de rumos e crises não se inicia com a eleição de Donald Trump para a presidência à frente do Partido Republicano com sua agenda nacionalista, xenófoba e unilateralista, mas já era objeto de preocupação desde os anos 1970, como apontado em obras como *América: Laboratório do Mundo- a era tecnocrônica & o desafio universal* (1971), *O Grande Fracasso* (1989), *Out of Control* (1995) e *Strategic Vision* (2012), textos<sup>3</sup> que atravessam a história da Guerra Fria ao Pós-Guerra Fria. As tensões do século XXI eram reflexo de uma somatória de declínios: moral, social, político, estratégico e econômico, que poderiam ser revertidos com o repensar de práticas e ideias.

Parte da atuação de Brzezinski como conselheiro de um dos mais relevantes think tanks<sup>4</sup> de Washington, o Center for Strategic and International Studies (CSIS), focava-se nesta necessidade de recuperar e fortalecer os métodos e ferramentas para pensar a realidade internacional e doméstica. A proposta do ex-Assessor de Segurança Nacional residia no básico: estudar a geografia e a economia, a história e a estratégia, o território e a sociedade, retomando as visões que defendera da geopolítica e da geoeconomia. Como aponta Hamre (2017), Presidente e Diretor do CSIS, esta “nova disciplina” era apenas a reativação de um pensamento multidisciplinar e crítico, de curto, médio e longo prazo, que parece ser

---

Instead, the world has been left to interpret the sometimes irresponsible, uncoordinated and ignorant statements of his team (...) While we did not support Mr. Trump, he is the president of the United States. He is our president, and we want him to be a success. Right now, he does not look like that to the rest of the world, or to us (...) Given the Trump administration's abysmal performance so far in installing a leadership capable of strategic decision making, it is crucial that America and the world hear a vision of leadership and commitment (...) A Trump Doctrine, any doctrine more or less, is sorely needed. (BRZEZINSKI and WASSERMAN, 2017, s/p)”

<sup>3</sup> Poucos livros de Brzezinski foram editados no Brasil, a maioria apenas nas décadas de 1970/1980. A fim de homogeneizar as referências, opta-se pelo seguinte critério: trabalhos traduzidos por editoras brasileiras e por elas publicados terão seus títulos indicados em português e a data de publicação da respectiva edição; obras não traduzidas no país serão apresentadas por seu título e data de publicação original em inglês

<sup>4</sup> Segundo Teixeira (2007), os think tanks são um espaço de pensamento e formulação de políticas, com caráter consultivo, composto de membros da academia, da sociedade civil, políticos, empresário e representantes de grupo de interesse para desenvolver agendas propositivas. Mantém reflexão sistemática sobre temas nacionais e internacionais, com diferentes inclinações políticas- centrista, liberal, conservadora, segundo a avaliação de Rosati e Scott (2011, p. 405). Para estes autores, na política externa o CSIS é um dos mais destacados destes think tanks e foi fundado em 1962 com tendência centrista. Outros exemplos são o Carnegie Endowment for International Peace (liberal) e o America Enterprise Institute (conservador). Além do CSIS, Brzezinski atuou no Council on Foreign Relations (centrista) e no Brookings Institution (liberal), e foi um dos mentores da Comissão Trilateral de 1973 (centrista).

ignorado pelas gerações atuais.

O objetivo deste artigo é avaliar a natureza e as origens do pensamento de Brzezinski<sup>5</sup>, e suas contribuições e impactos na área de estudos estratégicos. Ainda que sua passagem na Casa Branca possa ter sido breve, influenciou uma agenda de reflexões e ações que antecede e sucede sua presença no Conselho de Segurança Nacional (CSN), de Carter a Obama, entre 1977 e 2017. Tal agenda detém impactos globais. O texto está dividido em três partes, além desta Introdução e as Considerações Finais: um estudo sobre as décadas de 1950 e 1970, com foco na atuação inicial de Brzezinski como acadêmico e a interrelação de sua ascensão como analista e estrategista à Guerra Fria e as particularidades do sistema político norte-americano, o pensamento geopolítico e geoeconômico na bipolaridade e, por fim, o pós-Guerra Fria.

## **GOVERNO, SOCIEDADE E POLÍTICA EXTERNA: BRZEZINSKI E O SISTEMA AMERICANO (1950/1970)**

A ascensão de Zbigniew Brzezinski ao cargo de Assessor de Segurança Nacional do governo democrata de Jimmy Carter reflete um fenômeno específico associado à consolidação da hegemonia dos EUA no século XX e sua estrutura governamental<sup>6</sup>. Neste país, traçar a linha que separa a teoria da prática e a academia do poder é fenômeno complexo, e que subestima a intersecção entre a sociedade, a política e o setor educacional. De acordo com Stanley Hoffman (1977), existe uma espécie de “porta rotatória” entre o governo e as universidades, visando o recrutamento dos melhores recursos humanos. Isso favorece tanto o domínio da área acadêmica das relações internacionais, quanto da política mundial.

O sistema norte-americano de formulação de políticas e tomada de decisão é permeável. Como apontam Wittkopf, Jones and Kegley (2008), isso indica a prevalência de um sistema Society-Dominant (dominado pela sociedade) no qual o poder é exercido de “baixo para cima” (em oposição à estrutura State-Dominant- dominada pelo Estado- caracterizada pela

---

<sup>5</sup> Não serão abordados em extensão todos os eventos da política externa norte-americana. Recomenda-se PECEQUILO, 2011 e PECEQUILO, 2013.

<sup>6</sup> Outros nomes chave como Henry Kissinger, Joseph Nye e Stephen Krasner são exemplos do mesmo fenômeno de interação Casa Branca-Academia.

hierarquização do poder). A interação entre Executivo, Legislativo, Judiciário e a Sociedade, e seus respectivos atores sociais como partidos políticos, indivíduos e grupos de interesse, torna-se mais frequente. A influência e a interação com os think tanks e as universidades são constantes.

Esta situação é aprofundada pela natureza constitucional<sup>7</sup> da divisão de poderes como apontam Rosati e Scott (2011), caracterizada pela ideia do governo misto com poderes compartilhados e pesos e contrapesos (*Mixed Government With Shared Powers, Checks and Balances*). Como sustentam Rosati e Scott (2011), esta situação leva a uma forte interdependência entre as fontes que influenciam as políticas públicas e a ação governamental. A premissa dos poderes compartilhados, no que se refere à política externa e relações internacionais gera uma sobreposição de tarefas entre o Executivo e o Legislativo, e a uma disputa real. Assim,

O Presidente e o Congresso dividem poder; na realidade, não existe nenhum poder constitucional que é concedido ao Presidente que o Congresso não compartilhe de alguma forma. Portanto, ainda que o Presidente inicie e possa vetar leis, o Congresso frequentemente exerce um grande constrangimento ao exercício do poder presidencial. (ROSATI and SCOTT, p. 63, 2011)<sup>8</sup>.

Neste processo o Executivo tende a levar vantagem dado o escopo e o peso das questões internacionais, em especial em momentos de crise. Adicionalmente, isso favorece as disputas intrapoderes e entre poderes, ressaltando-se que “(...) dois pontos centrais precisam ser entendidos sobre a natureza da política externa dos EUA. 1. É um processo muito completo; e 2. É um processo muito político”.

Esta natureza estrutural do poder e do sistema decisório favoreceu a interpenetração entre a teoria e a prática, o poder e a academia, associado à mudança do perfil dos EUA como ator internacional. No pós-1945, esta permeabilidade associada ao novo status de poder global norte-americano

---

<sup>7</sup> Para o processo histórico ver *O Federalista* (HAMILTON, MADISON, JAY, 1994).

<sup>8</sup> “The president and Congress share power; in fact, there is no constitutional power provided to the president that the Congress does not share in some way. Therefore, while the president initiates and can veto legislation, Congress is often a major constraint on the exercise of presidential power.” (ROSATI and SCOTT, p. 63, 2011)

elevou a preocupação do governo em ampliar sua autonomia e capacidade de ação. Para isso, três caminhos se destacaram: primeiro, a ampliação e reforma do aparato econômico, segundo, a edição do Ato de Segurança Nacional (1947) pelo governo de Harry Truman, reestruturando a dimensão político-estratégica e, terceiro, a formação de uma nova geração de analistas especializados em questões internacionais.

Em relação ao aparato econômico, a construção do sistema de Bretton Woods, com foco na agenda financeira e comercial, replicou-se internamente com a adaptação dos mecanismos tradicionais (como o Departamento do Tesouro e o Banco Central- Federal Reserve) e a criação de novos canais em consonância com o papel de liderança. Dentre estes, destacam-se o Conselho de Assessores Econômicos (1946), a Agência para o Desenvolvimento (USAID, 1961), o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, 1962), e o Conselho Econômico Nacional (NEC, 1993).

O aparato político-estratégico seguiu dinâmica similar: foi desenhado em torno dos já existentes Departamento de Estado (DOS) e Departamento de Defesa (DOD), e pela criação de novos mecanismos: a “Comunidade de Inteligência”, tendo como pilares a Agência Central de Inteligência (CIA) e o Bureau Federal de Investigações (FBI), e o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Definido como principal órgão assessor da Casa Branca, o CSN foca na tarefa do planejamento de longo prazo, com a elaboração das diretrizes estratégicas e de segurança nacional (NSS), a coordenação e a integração da Casa Branca as demais agências.

O CSN replica as funções do DOS, mas permite ao Executivo maior controle da agenda externa, pois sua composição é definida pelo Presidente, em seus membros plenos e variáveis. Os membros plenos eram o Presidente, o Vice-Presidente, os Secretários do DOS e do DOD, o Chefe do Estado Maior Militar o Diretor da CIA e o Assessor de Segurança Nacional, e os variáveis dependem de cada gestão. Isso favorece a formação de um círculo interno de assessores (inner circle) e a sobreposição do NSC aos demais níveis de decisão.

Apresentando uma trajetória histórica do CSN, Rosatti e Scott (2011) apontam que esta sobreposição se tornou mais frequente a partir dos anos 1970, período que englobou o que eles chamam de “Era de Ouro” deste organismo de 1969 a 1981. Esta fase seguiu-se à da institucionalização (1947/1960) e à da reforma (1961/1968). Na oportunidade, o cargo foi ocupado por Henry Kissinger (1969/1975), Brent Scowcroft (1975/1977) e Brzezinski

(1977/1981), com amplo acesso à Casa Branca, ocupada por Richard Nixon (1969/1974), Gerald Ford (1974/1977) e Jimmy Carter (1977/1981).

As relações Nixon-Kissinger e Carter-Brzezinski são apontadas como as mais eficientes e relevantes não só deste período, mas da história do CSN. Isso teria ocorrido, segundo os autores, devido à proximidade pessoal, ideológica e intelectual entre os Assessores e os Presidentes que lhes dava uma espécie de “carta branca”, em detrimento de outras agências governamentais. Embora o poder do CSN tenha se mantido elevado nas demais fases apontadas por Rosatti e Scott (2011) no pós-1981, e permaneça assim até o século XXI, o mesmo nível de convergência pessoal não teria sido mais atingido.

Mas como eram escolhidos estes assessores? Tais assessores fazem parte da tática de fortalecimento de poder buscada pelo terceiro caminho citado para incrementar a projeção do poder estadunidense: a formação de uma nova geração de analistas especializados em questões internacionais. Tais analistas viriam tanto dos quadros políticos e das carreiras tradicionais de recursos humanos de Washington, como de “fora do sistema”. Este processo foi responsável pela ascensão dos nomes chave da política e estratégia norte-americana a partir dos anos 1950, dentre os quais Zbigniew Brzezinski e Henry Kissinger.

Este era um projeto de Estado que não se limitava a área internacional, mas se estendia aos mais diversos campos do conhecimento, e era denominado de “Universidade da Guerra Fria”. Este projeto, como aponta Vaisse (2013), buscava formar quadros no mundo acadêmico, identificando os melhores cérebros em diversas instituições de ensino, provendo financiamentos governamentais para o ensino e a pesquisa. Estes investimentos direcionavam-se às universidades de ponta, denominadas de Ivy League (como Harvard, Columbia e Stanford), mas não se limitavam a elas. Paralelamente, mantinha-se um processo de mapeamento de recursos humanos em universidades menos conhecidas, visando atrair pesquisadores. No campo internacional, os EUA dedicaram-se a fornecer bolsas de estudo e financiamento de projetos, também como forma de reforçar a adesão ideológica ao bloco ocidental.

Esta ação tinha como propósito estabelecer uma vantagem comparativa diante da União Soviética (URSS) no campo da reflexão e do conhecimento, fazendo uso de mecanismos de poder alternativos como cultura, ciência e tecnologia, e não somente bélicos. Segundo Ikenberry (2011), estes mecanismos alternativos, nos quais se incluem a agenda

econômica, reforçam o caráter liberal da hegemonia. Nye Jr (1990) denomina este processo de consolidação de poder institucional e ideológico por meio do conceito bastante conhecido de poder brando e de cooptação (soft and captive power).

Uma das táticas adicionais do projeto “Universidade da Guerra Fria” era o desenvolvimento dos estudos de área. A análise de temas e Estados específicos era vista como uma necessidade para aumentar a eficiência da projeção de poder hegemônica. Isso implicava a criação de centros de estudos especializados e think tanks. Como indica Vaisse (2013), esta foi a porta de entrada de Brzezinski no processo de interrelação academia-poder público: sua atuação como especialista em URSS em seu doutorado em Harvard, instituição na qual se inseriu como docente e pesquisador de 1950 a 1960. Sua graduação e mestrado haviam sido cursadas no Canadá de 1949 a 1951 na McGill University de Montreal. Posteriormente, os EUA foram o destino definitivo de Brzezinski, cuja trajetória pessoal incluía passagens da família pela Alemanha nazista e a URSS. Estas experiências permitiram um contato direto com sociedades totalitárias, que orientaram suas reflexões sobre a natureza do autoritarismo e como combatê-lo.

Do Canadá aos EUA, país no qual se naturalizou em 1958, Brzezinski reforçou sua capacidade como analista, formulador de políticas e tomador de decisão. Sua crença no sistema político-econômico e social norte-americano como um exemplo para as demais nações no que se refere à democracia e à expansão da liberdade, à inovação e à força, perpassa toda sua obra. Ainda que nas últimas décadas esta percepção tenha sido matizada pela sensação de declínio, em nenhum momento deixou de acreditar na possibilidade da reforma e do renascimento.

Em Harvard, Brzezinski desenvolveu seu perfil de analista sobre o sistema soviético à frente do Russian Research Center e no Center for International Affairs. Com sua ida à Columbia University em 1962, na qual ficou até 1977, participou do Russian Institute e do Research Institute of International Affairs. Os anos 1960 representaram o início de uma maior presença nos think tanks que o alçariam a uma participação mais ativa na política: o Council on Foreign Relations e o Brookings Institution.

De 1966 a 1968, atuou como membro do Conselho de Planejamento do DOS, focando sua participação em questões associadas à URSS. Em 1968, a transição da academia ao governo consolida-se. O primeiro passo foi sua participação como assessor da campanha presidencial de Hubert Humphrey neste ano. Vice-Presidente de Lyndon Johnson, Humphrey foi

derrotado em sua disputa à Casa Branca por Richard Nixon do Partido Republicano.

Este fracasso representou uma frustração em suas expectativas de ascensão à esfera pública. Ao mesmo tempo, trouxe ensinamentos que aplicaria para sustentar a eleição de Carter, mas que paradoxalmente, esqueceria, na gestão cotidiana da Casa Branca (e que impactaram o fracasso do pleito de reeleição democrata). Humphrey não teria sido capaz de captar o clima de desânimo que predominava no país e de se apresentar como uma alternativa. Muito da vitória de Nixon pode ser atribuído a um contexto de desestruturação político-social relacionado ao fracasso da intervenção no Vietnã, à crise econômica e aos impactos dos movimentos dos direitos civis, raciais e de gênero. Enquanto Humphrey buscou a acomodação, Nixon buscou a confrontação da agenda democrata e a reforma destas tendências. Além disso, favoreceu uma política de força e orgulho.

Em 1976, Carter explorou a mesma tática: o país permanecia em crise, resultante da saída conturbada de Nixon do poder pelo escândalo de espionagem do Partido Democrata (Watergate), associado ao prolongamento do encolhimento econômico (quebra do padrão ouro-dólar, primeira crise do petróleo), e ofereceu-se como contraponto. Carter venceu as eleições diante do republicano Gerald Ford, e Brzezinski chegou à Casa Branca a seu lado, em 1977, como Assessor de Segurança Nacional, aplicando sua agenda geopolítica e geoeconômica.

## **A GEOPOLÍTICA E A GEOECONOMIA DA GUERRA FRIA (1970/1990)**

Como analisado, a chegada de Brzezinski à Casa Branca e aos círculos de poder de Washington é produto da Guerra Fria. Conflito sistêmico entre os EUA e a URSS pela expansão e pela consolidação de seus respectivos modos de vida, ela polarizou o mundo em torno de dois diferentes modelos, o comunismo soviético e o capitalismo norte-americano. Como especialista em assuntos soviéticos, Brzezinski beneficiou-se dos investimentos e dos processos de recrutamento de recursos humanos nas universidades, para atuar como analista governamental, e ascendeu ao cargo de Assessor de Segurança Nacional. Mesmo com sua saída do CSN, manteve-se como um dos principais consultores das presidências estadunidenses, independentemente do partido.

Tal trajetória tornou-se possível, pois a base de seu pensamento estendeu-se além dos estudos soviéticos e introduziu novo nível de análise: a relevância do poder econômico e tecnológico para a hegemonia. A liderança nestes setores elevava-se a um patamar diferenciado nos anos 1970 e gerava fenômenos como a interdependência e a globalização. O autor pensava a geopolítica e a geoeconomia como espaços estratégicos e táticos diferentes, e não um só conjunto aos quais se aplicavam as mesmas ações.

Esta visão, para o contexto, era inovadora. De acordo com Blackwill and Harris (2016), existe uma tendência analítica de considerar os termos geopolítica-geoeconomia como intercambiáveis. Porém, não são sinônimos e devem ser compreendidos além da tradicional diversidade e da fluidez conceitual. Para analisar o pensamento de Brzezinski, diferenciam-se ambos os conceitos de geopolítica e de geoeconomia, a partir dos seguintes referenciais. A geopolítica,

(...) é um método de análise de política externa que procura entender, explicar e prever o comportamento político internacional principalmente em termos de variáveis geográficas (...) é um conjunto de afirmações sobre como o Estado exerce poder sobre o território (...) com referência a fatores geográficos. (BLACKWILL and HARRIS, s/p, 2016)<sup>9</sup>

Por sua vez, a geoeconomia é percebida como

(...) o uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país (...) a geoeconomia se sustenta tanto como um método de análise como uma forma de política (...) fornece uma percepção adicional de como um Estado constrói e exerce poder a partir de fatores econômicos (BLACKWILL and HARRIS, s/p, 2016)<sup>10</sup>

<sup>9</sup> "(...) is a method of foreign policy analysis that seeks to understand, explain, and predict international political behavior primarily in terms of geographical variables (...) is really a set of assumptions about how a state exercises power over territory (...) by reference to a host of geographic factors." BLACKWILL and HARRIS, s/p, 2016)

<sup>10</sup> "(...) the use of economic instruments to promote and defend national interest and to

## As Grandes Linhas Geopolíticas

Avaliando a obra de Brzezinski do ponto de vista da reflexão geopolítica, esta se inicia a partir de sua especialização em estudos soviéticos nos anos 1950/1960, seguindo-se análises sobre os Estados Unidos, a Eurásia e os fenômenos estatais e transnacionais da política mundial, e a implementação prática destas agendas quando de sua passagem pela Casa Branca.

Um primeiro conjunto de obras é composto de trabalhos individuais como *The Permanent Purge: Politics in Soviet Totalitarianism* (1956), *The Soviet Bloc: Unity and Conflict* (1960) e *Ideology and Soviet Politics* (1962) e em co-autoria com Carl Friedrich, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (1956), e *Political Power: USA/USSR* (1964) com Samuel Huntington. O foco é um exame do sistema soviético, a partir de sua evolução histórica e de suas características políticas, econômicas, sociais e estratégicas.

A eles soma-se um segundo conjunto<sup>11</sup> com uma dimensão mais prática e de percepção mais abrangente sobre a Guerra Fria e as estratégias e táticas estadunidenses como *América: laboratório do mundo - a era tecnocrônica & o desafio universal* (1971), *Power and principle: memoirs of the national security advisor- 1977/1981* (1983), *O grande desafio EUA-URSS* (1986) e *O grande fracasso - o nascimento e a morte do comunismo no século XX* (1989). Estas duas últimas têm como foco as relações bilaterais EUA e URSS, tanto do ponto de vista histórico, quanto de ações táticas. Além disso, apresentam um conjunto de cenários político-estratégicos que eventualmente se concretizaram: a derrota da URSS, a instabilidade eurásiana e a ascensão asiática.

Observa-se que o núcleo de pensamento no tripé EUA-URSS-Eurásia repete-se, influenciando posteriormente sua percepção sobre o pós-Guerra Fria como será analisado. O autor identifica que a URSS, e seus antecedentes de império pré-revolução comunista de 1917, e após a Revolução, detém um caráter autoritário. Este caráter deriva de práticas não democráticas nas relações sociais e políticas, devido à centralização

---

produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nation's economic actions on country's geopolitical goals (...) geoeconomics stands as both a method of analysis and a form of statecraft (...) providing a parallel account of how a state builds and exercises power by reference to economic factors. (BLACKWILL and HARRIS, s/p, 2016)

<sup>11</sup> Outras obras são: *Africa and the Communist World* (1964), *Alternative to partition: for a broader conception of America's role in Europe* (1965) e *The Fragile Bossom: Crisis and Change in Japan* (1972).

do Estado e à personalização das lideranças, iniciando por Lênin, e se aprofundando com Stalin. A liberação das forças sociais é contrária à manutenção do Estado e deve ser contida. Ao reprimir a natureza humana, o sistema soviético é levado à degeneração da criatividade e da força popular e ao declínio.

Outra fonte de declínio, com fundamento externo, refere-se à natureza imperialista do regime. Para manter a opressão, o regime desenvolve forças militares que se tornam, ao longo do tempo, sua única capacidade de projeção de poder. Com isso, e por sua incapacidade de renovação e modernização, o sistema soviético precisa buscar sua sobrevivência e legitimação por meio da conquista dos povos que se opõem a seu modelo.

A expansão concentra-se no espaço geográfico natural da URSS, a Eurásia, região estratégica para o domínio da geopolítica mundial, conforme definido pela análise clássica de Mackinder (MELLO, 1999). Por imposição, a URSS tornou-se um império multinacional, o que lhe permitiu o controle de uma extensa massa terrestre. Entretanto, a combinação destes fatores contraditórios, alargamento imperial e centralização estatal, associados à disseminação ideológica e à limitação das liberdades individuais, traz a fonte da autodestruição soviética (“petrificação oligárquica, fundamentalismo militante e desintegração política” são alguns dos termos utilizados por BRZEZINSKI, 1970, p. 156).

Porém, ainda que considere este processo como inevitável, Brzezinski defende que os EUA não podem apenas o aguardar, pois existe uma contradição real entre as duas potências. O controle da Eurásia pela URSS representaria duplamente um fracasso histórico e um risco para os norte-americanos e todas as nações que adotam regimes democráticos, pois permitiria a esse país oprimir seus adversários, de posse de incontáveis recursos. Deveria ser política norte-americana não só conter os avanços soviéticos, mas desenvolver mecanismos para superá-lo em definitivo. Afinal,

o confronto americano-soviético não é uma aberração temporária, mas uma rivalidade histórica que continuará a existir por muito tempo (...) Mas é mais do que um conflito meramente nacional. Ele é também uma luta entre dois sistemas imperiais (...) por nada menos que o predomínio global (...) choque entre uma potência oceânica e uma potência continental. (BRZEZINSKI, 1986, p.9, p. 16 e p. 20)

Não se pode descolar estas avaliações daquelas do diplomata George Kennan no imediato pós-1945 (KENNAN, 1946 e X, 1947). Existe uma linha de continuidade nestas agendas, originárias da política de contenção desde seu lançamento pelo Presidente democrata Harry Truman em 1947. O problema central será sempre o mesmo, pois

Aquele que controlasse a Eurásia dominaria o mundo. Se a União Soviética capturasse as periferias desta massa continental- a Europa Ocidental, o Extremo Oriente e o Sul Asiático- ela não ganharia apenas enormes recursos humanos, econômicos e militares, como também o acesso a passagens geoestratégicas para o hemisfério ocidental- os Oceanos Atlântico e Pacífico (BRZEZINSKI, 1986, p. 31-32)

Por serem uma potência marítima, os EUA iniciavam sua política na Eurásia em desvantagem: o país detinha “poucas possibilidades de defesa em profundidade e nenhuma posição de retirada” (BRZEZINSKI, 1986, p. 61). Isso tornava necessário ampliar suas ações via parcerias com Estados-chave (linchpin states) em três frentes estratégicas: a Europa Ocidental (estendendo-se à Europa Oriental), o Extremo Oriente e o Sudoeste da URSS. Esta última região corresponde à Ásia Central, ao Oriente Médio e ao Norte da África, o “Arco das Crises”.

As regiões inseridas no “Arco das Crises” representavam fortes zonas de vulnerabilidade para a URSS, mas também para os EUA, pois suas fragmentação política e fragilidade econômica elevavam o risco de serem absorvidas pelo sistema soviético. Deveriam ser desenvolvidas parcerias com os Estados-chave desta região como forma de facilitar a projeção norte-americana neste espaço geopolítico, afastando-os da influência de Moscou. Uma presença mais decisiva no “Arco das Crises” era essencial para conter a URSS. Prevalencia uma percepção entre o público de que o país estaria “perdendo” a Guerra Fria para a URSS. A correlação de forças entre as superpotências estaria sendo desfavorável aos EUA devido à presença soviética no Terceiro Mundo: era preciso conter esta presença e promover a reversão do comunismo (a mudança de regime)<sup>12</sup>.

Para o Oriente Médio, a prioridade é a estabilização, buscando uma

---

<sup>12</sup> A ideia da reversão (rollback) não era inédita, e já se materializara no governo de Dwight Eisenhower (1953/1961), assim como na gestão John F. Kennedy (1961/1963).

solução definitiva para o problema da inserção de Israel e a reafirmação da liderança norte-americana diante dos países produtores de petróleo. No caso do Norte da África e da Ásia Central, o objetivo maior era a contenção e o recuo da União Soviética.

No que se refere às demais frentes, a Europa Ocidental e o Extremo Oriente, as táticas mesclam avanços do poder norte-americano, cooptação de aliados e contenção da URSS, com a identificação de um pivô essencial a ser engajado na esfera norte-americana: a China. Enquanto a Europa Ocidental e o Japão (este dentro do Extremo Oriente) já se encontravam sob a égide da hegemonia estadunidense, e funcionavam como barreiras ao avanço soviético, a China seguia um caminho peculiar: pressionada por suas dificuldades de modernização interna e pelo risco da ingerência soviética e do isolamento internacional, o país demonstrava sinais de autonomia diante de Moscou e um interesse de aproximação com os EUA para se fortalecer política, econômica e estrategicamente.

Apesar de comunista, a China não compartilhava as mesmas características do regime soviético, e a oportunidade de reaproximação sino-americana não passou despercebida em Washington. O processo de reatamento das relações bilaterais foi iniciado em 1969 pelo governo de Richard Nixon, liderado por Henry Kissinger, e resultou na construção de uma sólida parceria e em princípios como o da política de “Uma Só China” (One China Policy). Esta política estabelece que os EUA somente reconhecem a República Popular da China (RPC ou China Continental) como única China, abrindo mão de sua relação preferencial com Taiwan (China Nacionalista), que prevalecera desde 1949 após a Revolução Comunista. O processo de normalização foi finalizado em 1979, na gestão Carter-Brzezinski. Nas palavras de Brzezinski,

A China irá juntar-se às fileiras de frente dos poderes mundiais e dessa maneira irá reclamar para si própria seu status prévio. No processo (...) irá redefinir a substância de seu comunismo (...) A diluição ideológica será o preço de tal sucesso. A China moderna pode entrar no século XXI ainda governada pelo comunismo, mas não será uma China comunizada. (BRZEZINSKI, 1989, p. 194)

A continuidade das ações de Nixon-Kissinger não se restringe à China, mas se estende até o Oriente Médio. Em ambos os casos, as

negociações foram iniciadas pela gestão republicana e encerradas pela democrata. No Oriente Médio, em 1979 foi consolidado o processo de negociação Israel-Egito, consagrando no Acordo de Camp David a fórmula “terra pela paz” baseada na lógica do reconhecimento mútuo do direito de soberania: reconhece-se o direito de existência de Israel, condicionado à devolução de territórios ocupados pelos israelenses durante o ciclo de guerras iniciado em 1948, após a fundação do Estado israelense<sup>13</sup>.

Esta postura de engajamento foi substituída em 1979 por uma ação mais incisiva, devido à Revolução do Irã e à Guerra do Afeganistão (1979/1985). Tal postura ficou conhecida como a Doutrina Carter (1980), segundo a qual

Qualquer tentativa de qualquer força externa para controlar a região do Golfo Pérsico será considerada um ataque direto aos interesses vitais dos EUA, e este ataque será repellido por qualquer meio que se fizer necessário, incluindo a força militar (...) Ajudamos a fortalecer a OTAN e recentemente (...) decidimos desenvolver e projetar forças nucleares modernizadas e de médio alcance para enfrentar a ameaça em elevação e indesejada das armas nucleares da URSS. Estamos trabalhando com nossos aliados para prevenir conflitos no Oriente Médio. O tratado de paz entre Egito e Israel é um avanço notável que representa uma vantagem estratégica (...) e que aumenta as perspectivas da paz regional e da paz mundial. (CARTER, 1980, s/p).<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Camp David abriu espaço para diversas negociações entre os países árabes e Israel, como Jordânia, Líbano, Síria. Serviu de inspiração ainda para marcos dos anos 1990, os Acordos de Oslo I e II entre Israel e Palestina que obtiveram sucesso em seus primeiros anos de implementação até 1995, com o assassinato do Primeiro Ministro de Israel Ytzhak Rabin por um radical ortodoxo israelense. Desde então, Oslo foi desmontando rapidamente a situação regional se deteriorou por uma combinação de tensões internas, atentados terroristas, ingerências externas (Guerras do Iraque de 1991 e 2003, Afeganistão 2001, intervenção na Líbia 2014) e instabilidades locais, Primavera Árabe, a ascensão do Estado Islâmico e a guerra civil na Síria. Para um panorama do Oriente Médio ver VISENTINI, 2014.

<sup>14</sup> “An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force. (...) We’ve helped to strengthen NATO and our other alliances and recently we (...) decided to develop and to deploy modernized, intermediate-range nuclear forces to meet an unwarranted and increased threat from the nuclear weapons of the Soviet Union. We are working with our

Este discurso de força não foi capaz de passar ao público a segurança necessária da política externa de Carter e das decisões de Brzezinski. No Irã, a revolução fundamentalista levou o Aiatolá Khomeini ao poder, derrubando o governo secular do Xá Reza Pahlevi, aliado norteamericano. Somado à perda deste pivô estratégico, os EUA enfrentaram a crise dos reféns em sua Embaixada, que perdurou por 444 dias (e envolveu o pagamento de resgate, após uma operação militar fracassada de retirada). Esta crise contribuiu para a derrota de Ronald Reagan. Outro tema explorado pelos republicanos foi a invasão do Afeganistão por forças soviéticas, percebido como uma prova de que a Guerra Fria continuava sendo “vencida” pela URSS.

Neste país, a política foi a de apoiar as forças anti-soviéticas, representadas pelo talibã, apesar de serem fundamentalistas islâmicas. Nasceria neste período a associação entre os EUA e Bin Laden, futuro líder da Al-Qaeda e desta resistência. Posteriormente, os EUA romperiam com o talibã e Bin Laden se tornaria responsável pelos atentados terroristas de 11/09/2001. A política de apoio ao talibã foi replicada em outras regiões do mundo, em particular na América Central, sendo definida como suporte aos “lutadores da liberdade” (freedom fighters) no governo Reagan, i.e, forças anti-soviéticas.

Mas, e as demais ações implementadas entre 1977-1981 à frente do CSN? Em primeiro lugar, é preciso destacar que estas ações foram bem-sucedidas em muitos aspectos, mas obscurecidas pelas crises do Irã e Afeganistão entre 1979/1980. Como aponta Skidmore (1993/1994), um dos principais problemas da gestão Carter foi a sua incapacidade de passar uma impressão positiva ao público e promover a defesa de sua política externa. Como muitos de seus componentes eram inovadores (em particular na geoeconomia) e de aplicação gradual (como no caso da Europa Ocidental-Oriental, o engajamento da China e a defesa dos direitos humanos), a impressão era de um retrocesso pois os resultados não eram aparentes. O que se tornava aparente eram apenas os avanços soviéticos e de novos inimigos como os fundamentalistas islâmicos.

Segundo, embora houvesse uma unidade de posições entre a Casa Branca e o CSN, o mesmo fato não se replicava em outras agências de política externa como o DOS, que tinha à frente o Secretário de

---

allies to prevent conflict in the Middle East. The peace treaty between Egypt and Israel is a notable achievement which represents a strategic asset (...) which also enhances prospects for regional and world peace”. (CARTER, 1980, s/p)

Estado Cyrus Vance. Vance discordava das políticas de Brzezinski, que as implementava unilateralmente com o apoio de Carter, e estes rachas reforçavam a impressão de fragilidade do governo. Por fim, como sustenta Skidmore, havia um descolamento entre estas ações externas e a política interna, uma vez que a economia continuava com altos índices de desemprego e baixo crescimento, em comparação à Europa Ocidental e ao Japão, somada à segunda crise do petróleo de 1979. Havia uma profunda crise de legitimidade.

Muitos aspectos que contribuíram para o fim da Guerra Fria em 1989 eram desconhecidos da opinião pública. Destacam-se a exploração de mecanismos de poder brando para quebrar a unidade do regime soviético por dentro: estes incluíam ajuda econômica para grupos de oposição política no país e na Europa Oriental, incluindo o financiamento de projetos culturais como a “Rádio Liberdade” a Rádio Europa Livre”. Estas políticas eram chamadas de “Engajamento Pacífico”, e se associavam a medidas mais conhecidas como as negociações bilaterais para corte de arsenais nucleares (SALT- Strategic Arms Limitation Talks) e o aumento de investimentos na OTAN.

A promoção dos direitos humanos, com apoio ao Acordo de Helsinki (1975), igualmente era componente da agenda. Em Helsinki, foram estabelecidas negociações multidimensionais entre a URSS e os países europeus ocidentais, com apoio dos EUA, visando fortalecer princípios de cooperação científica e tecnológica, colaboração em questões humanitárias, incremento do direito de ir e vir dos cidadãos e liberalização de fronteiras dentre outros. Além dos direitos humanos, entram na pauta as chamadas “questões planetárias” como o meio ambiente (BRZEZINSKI, 1971, p. 71).

A política de direitos humanos, e sua associação a condicionais para nações obterem empréstimos, apoio estadunidense, dentre outros, estendiam-se ao Terceiro Mundo. O objetivo era promover mecanismos de fortalecimento da democracia e levar à “mudança de regime” das nações do Sul, por meio de um sistema de pressões e incentivos políticos e econômicos. Em texto de 1986, as estratégias e táticas da Casa Branca para ganhar a Guerra Fria encontram-se sistematizadas com clareza neste trecho de Brzezinski,

1) Acelerar a emergência de uma Europa Ocidental mais autossuficiente e eventualmente uma Europa recuperada de sua divisão do pós-guerra; 2) Promover um triângulo estratégico informal no extremo

oriente através de uma mais ampla cooperação econômica e política entre os Estados Unidos, o Japão e a China; 3) Amparar o sudoeste asiático fortalecendo politicamente e reforçando militarmente os vizinhos meridionais da União Soviética; e 4) Apoiar as pressões internas nos Estados da Europa Oriental sob domínio dos soviéticos e, até mesmo, dentro da própria URSS, para uma maior tolerância e diversidade política. (BRZEZINSKI, 1986, p. 213).

A convergência entre o pensamento geopolítico e geoeconômico do autor e a doutrina norte-americana de projeção de poder encontram-se sistematizadas no quadro.

<b>Frente Estratégica</b>	<b>Recomendação Tática- Formulação de Política</b>	<b>Tomada de Decisão e Implementação</b>
Europa Ocidental	Incentivar a autossuficiência regional; recuperação econômica e consolidação estratégica;	Modernização das Forças de Defesa (OTAN) Reposicionamento Tropas Equiparação Estratégica
Europa Oriental	Pressões Internas; Defesa dos Direitos Humanos e Abertura Política	Engajamento Pacífico
Extremo Oriente	Triângulo Estratégico Estados Unidos-Japão-China	Normalização das Relações com a China Fortalecimento Capitalismo Japão
Sudoeste da URSS (Arco das Crises- África, Ásia e Oriente Médio-Terceiro Mundo)	Fortalecimento Político e Reforço Militar Promoção dos Direitos Humanos	Processo de Paz Israel-Egito ("Terra Pela Paz") Doutrina Carter Intervenção/ingerência política-estratégica Reversão Comunismo
América Latina	Direitos Humanos e Desenvolvimento Econômico Atualização das Relações Norte-Sul	Negociações e Cronograma Devolução do Canal do Panamá Intervenção/ingerência político-estratégica Condicionalidades econômico e financeiras Reversão Comunismo

Globalização e Interdependência	Revolução Científica e Tecnológica (RCT)  Desenvolver e Explorar Vantagens Comparativas EUA	Comissão Trilateral  Condicionalidades Econômicas (Comercial e Financeira) aplicadas às Nações do Sul  Engajamento Nações do Sul à Esfera Capitalista EUA  Isolamento Mundo Comunista
---------------------------------	---	---

Elaborado a partir de BRZEZINSKI, 1971, BRZEZINSKI, 1983, BRZEZINSKI, 1986, BRZEZINSKI, 1989, ROTHKOPF, 2013.

## As Agendas Geoeconômicas

Se as linhas do pensamento geopolítico de Brzezinski pouco diferem das tradições clássicas, seu pensamento geoeconômico estabelece uma nova tradição na estratégia estadunidense, atualizada para as novas tendências de reconfiguração do sistema internacional, com ênfase no poder econômico. Na década de 1970, estas tendências são representadas pela emergência dos fenômenos da globalização e da interdependência, que indicam a existência de um mundo mais integrado política, econômica e socialmente.

Tais fenômenos foram impulsionados por acontecimentos diversos: a emergência do Terceiro Mundo e do Movimento Não-Alinhado (MNA) nos anos 1950/1960, a demanda por desenvolvimento destas nações e pela criação de uma “nova ordem econômica internacional” (NOEI) e a terceira revolução industrial, a Revolução Científica e Tecnológica (RCT). A consolidação da força política do Sul era chave nos anos 1970 e precisava ser incorporado à agenda.

Isso gerou um sistema internacional que não se sustentava mais unicamente na bipolaridade EUA-URSS, Leste-Oeste, havendo uma cisão complementar, a Norte-Sul. A existência do Sul, e das assimetrias de poder entre estas nações e as desenvolvidas, é percebida como um novo componente da Guerra Fria. A deterioração das condições econômicas do Sul (acelerada pela RCT) afeta as suas perspectivas geopolíticas e acentua a sua instabilidade e potencial de atração ao modelo soviético (e de modelos fundamentalistas sociais ligados à religião que promovam igualdade e justiça). Os EUA devem incluir em sua agenda políticas de suporte às nações do Sul, utilizando mecanismos de pressão econômica (condicionalidades) para cooptá-las e adequá-las a seu modelo liberal, pois

O sistema internacional está mudando de um sistema desenhado para promover a paz interestatal, para um sistema também estabelecido para promover o progresso intraestatal; de um sistema estabelecido para alcançar maior produtividade econômica global, para um sistema também previsto para gerar maior igualdade econômica (...) As novas nações são particularmente sensíveis a isso. Porém, estas nações também têm sido particularmente insistentes para que o sistema internacional cada vez mais mude seu foco de preocupação com a preservação da paz, para a promoção do desenvolvimento global, principalmente para dar conta das atuais condições de desigualdade material existentes na humanidade. Para alcançar este objetivo, a maior cooperação entre as nações e uma certa medida de interferência nos assuntos internos de alguns por outros será quase que inevitável. (BRZEZINSKI, 1975, s/p)<sup>15</sup>

Por outro lado, este modelo liberal deve ser reforçado e modernizado para manter-se superior, tanto no que se refere à dimensão interna dos EUA quanto em nível global. Para isso, a criação da Comissão Trilateral representa uma inovação na parceria entre as nações capitalistas desenvolvidas e foi criada, em 1973, por iniciativa do milionário norte-americano David Rockefeller. O objetivo era estabelecer um organismo não governamental, com nomes influentes do setor econômico privado, da academia, do Estado e da sociedade civil, para a discussão de temas econômicos e sociais. Brzezinski presidiu o think tank (que ainda se encontra ativo) entre 1973 e 1976, período que marca sua aproximação com Carter como citado. Os principais membros eram os EUA, o Japão

---

<sup>15</sup> "The international system is changing from a system designed to promote interstate peace to a system also designed to promote intrastate progress; from a system designed to make possible greater global economic productivity to a system also designed to enhance greater economic equity (...) The new nations are particularly sensitive about it. Yet it is also these nations that are especially insistent that the international system increasingly shift the focus of its concern from a preoccupation with the preservation of peace to a greater concern with the promotion of global development, especially in order to obviate the existing inequalities in the material conditions of humanity. To accomplish that objective, closer cooperation among nations, and a measure of interference in the internal affairs of some by others, will almost be inevitable". (BRZEZINSKI, 1975, s/p)

e a Europa Ocidental, reforçando a tripolaridade capitalista. Rockefeller esteve à frente da criação de outro organismo similar, o Clube de Roma (ASSMAN, CHOMSKY, SANTOS, 1979).

Brzezinski trabalhava a geoeconomia em dois níveis: as relações Norte-Sul e as relações Norte-Norte. O fortalecimento do eixo Norte-Norte era essencial para manter a supremacia sobre o Sul e barrar os esforços para a construção de uma NOEI por meio das coalizões Sul-Sul como o G-77 e o MNA, assim como para manter o isolamento da URSS na economia mundial. Um objetivo adicional era permitir a contenção, por parte dos EUA, do avanço da Europa Ocidental e Japão. Os EUA possuíam forte vantagem comparativa e deveriam explorá-la a partir de sua liderança na RCT, denominada por Brzezinski de “revolução tecnocrônica”. Ao mesmo tempo, esta era uma liderança frágil por conta de seus problemas domésticos.

Brzezinski, na década de 1970, tornou-se um dos primeiros autores a identificar sinais do declínio norte-americano. Em *América Laboratório do Mundo*, o autor chama a atenção para temas das teses declinistas (representadas por KENNEDY, 1990): complacência social, hedonismo, consumismo, racismo, xenofobia, política disfuncional e polarizada entre conservadores e liberais. Em suas palavras, “A era da crença volátil está intimamente ligada ao impacto da revolução tecnocrônica sobre as ideologias e concepções de vida existentes.” (BRZEZINSKI, 1971, p. 73). Naquele momento, o autor se considera um otimista, “acredito firmemente que esta sociedade tem a capacidade, o talento, a riqueza e cada vez mais, a vontade de superar as dificuldades inerentes à transição histórica.” (BRZEZINSKI, 1971, p. 16).

Este otimismo e a validação de suas políticas nos setores geoeconômicos e geopolíticos, pareciam ter sido alcançados em 1989 quando a Guerra Fria se encerrou com o predomínio do modelo norte-americano. A estratégia da contenção, contudo, também teria efeitos sensíveis sobre os Estados Unidos, e que legariam à América o perfil de ser a “primeira, única e última superpotência restante”<sup>16</sup> (BRZEZINSKI, 1997, s/p).

---

<sup>16</sup> “(...) the first (...) only (...) global superpower (...) the very last” (BRZEZINSKI, 1997, s/p).

## O PÓS-GUERRA FRIA: O FIM DO SONHO AMERICANO? (1990/2017)

A Queda do Muro de Berlim trouxe à tona uma série de análises paradoxais e contraditórias sobre o futuro da ordem internacional. De um lado, predominavam as interpretações triunfalistas de autores como Francis Fukuyama e seu fim da história (1989), de outro, emergiam as análises catastrofistas de desordem e conflitos, sintetizadas em *O Choque das Civilizações* de Samuel Huntington (1993). Brzezinski distanciava-se deste apelo midiático de premissas simplistas que anunciavam o encerramento da bipolaridade como o da prevalência sem contestação do modelo liberal e o fim das ideologias ou exacerbavam o confronto aberto entre o “nós e eles” (o ocidente e o resto). Havia um processo contínuo de reordenamento do equilíbrio do poder mundial, no qual os EUA mantinham suas capacidades de poder, mas enfrentavam sérios problemas.

Prevalece uma continuidade no pensamento que não é afetada pela conjuntura dos anos 1990 ou os acontecimentos do século XXI como o 11/09/2001. Considera-se que todos estes fenômenos se inserem no quadro das transformações geradas pelo pós-Guerra Fria, pois as grandes linhas da política internacional se mantem na geopolítica e na geoeconomia: a disputa pela Eurásia e a preservação do poder político-econômico-social e estratégico dos EUA. Grandes linhas, porém, fragmentadas pelas tendências em movimento: a aceleração do crescimento da China, o reposicionamento do Terceiro Mundo, a fragilidade europeia, japonesa e russa, e, principalmente, a crise estadunidense.

Estas reflexões foram sistematizadas em cinco livros, que podem ser divididos em dois blocos: um primeiro na década de 1990, de teor analítico focado na transição da Guerra Fria ao pós-Guerra Fria, *Out of Control* (1993), *The Grand Chessboard: American primacy and the geostrategic imperatives* (1997) e *Geostrategic Triad* (2001); e um segundo no século XXI *The Choice: Global Domination or Global Leadership* (2004), *Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower* (2007) e *Strategic Vision* (2012)<sup>17</sup>.

As obras mais representativas de cada bloco, e que os sintetizam, são, respectivamente *Grand Chessboard* e *Strategic Vision*. O primeiro bloco avalia os impactos imediatos do fim da URSS para o futuro da

---

<sup>17</sup> A entrevista de David Ignatius com Brzezinski e Brent Scowcroft foi publicada em 2008 sob o título *America and the world- conversations on the future of American foreign policy*.

Eurásia, e as formas como os EUA devem atuar em um novo cenário de vácuo de poder e reorganização das forças geopolíticas do antigo “Arco das Crises”, renomeados de “Balcãs Eurasianos”. Se antes a inimiga era a URSS, no pós-Guerra Fria o maior risco é o vazio estratégico preenchido por forças de fragmentação, sustentadas na instrumentalização da religião e da oposição ao ocidente. As polarizações ideológicas e culturais fundam-se no contexto de exclusão da globalização (para o qual já alertara) no Terceiro Mundo, e se estendem às fronteiras internas dos países.

É necessário que os EUA e a União Europeia (UE) possuam atuação mais decisiva no espaço eurasiático, visando conter estas tendências de instabilidade no espaço da ex-URSS. A China deveria ser objeto de atenção, não se alterando uma condição básica da geopolítica (que se estendia à geoeconomia), o foco mantinha-se na Eurásia.

Para a América, o maior prêmio geopolítico é a Eurásia (...) agora um poder não-eurasiático é proeminente na Eurásia- e a primazia global da América é diretamente dependente de por quanto tempo e com qual eficiência esta preponderância (...) será sustentada (...) a Eurásia é, portanto, o tabuleiro no qual a luta pela primazia global continua a ser jogado (...) (BRZEZINSKI, 1997, s/p)<sup>18</sup>

O segundo bloco emerge à luz de uma América mais sombria, afetada pelos atentados terroristas<sup>19</sup>, fragmentada e polarizada socialmente. Em *The Choice*, o questionamento do título, dominação global ou liderança, aponta para a falência do projeto hegemônico, conforme construído na Guerra Fria. Esta falência traz uma dinâmica imperial, que se choca com sua tradição democrática, e com seus mecanismos de cooptação brandos. Segundo o autor, as escolhas da presidência de George W. Bush (2001/2008) reforçam o isolamento, consomem recursos e são ineficientes.

---

<sup>18</sup> “For America, the chief geopolitical prize is Eurasia (...) Now a non-Eurasian power is preeminent in Eurasia – and America’s global primacy is directly dependent on how long and how effectively its preponderance (...) is sustained (...) Eurasia is thus the chessboard on which the struggle for global primacy continues to be played.” (BRZEZINSKI, 1997, s/p)

<sup>19</sup> Ao ser questionado por sua “responsabilidade indireta” pelo 11/09, uma vez que as ações de Bin Laden haviam sido toleradas no Afeganistão contra a URSS, Brzezinski rejeitava as críticas, apontando as diferenças entre os períodos e questões históricas envolvidas. Ver GATTI, 2013.

A crise econômica de 2008, que atingiu as economias centrais, base da trilateral dos anos 1970, foi reflexo destas tendências de gastos excessivos, desregulamentação e consumismo excessivo. Prevalece uma crise interna e, externamente, um equilíbrio de poder instável. Isso abre espaço para tendências de ascensão de potências no Terceiro Mundo como a China, a Índia e o Brasil, levando à desconcentração de poder multipolar.

Questões similares estendem-se a *Second Chance*, e alcançam um patamar mais abrangente em *Strategic Vision*. Comum a todas as obras se encontram indagações sobre a natureza e eficácia da Guerra Global Contra o Terror (GWT) iniciada por W. Bush em 2001 e as operações militares no Afeganistão (2001/2014) e no Iraque (2003/2011). Embora tivesse ressalvas com relação ao conflito do Afeganistão, o autor o via como necessário em resposta à agressão de 11/09. A guerra do Iraque, e a Doutrina Bush, de natureza preventiva que a orienta, para Brzezinski, o principal erro e fracasso estratégico do país na condução de sua hegemonia, e os custos desta “guerra de escolha” (*war of choice*) se refletem interna e externamente. Em artigo do *Washington Post*, esta postura pode ser vista com clareza

Existe um jeito certo e errado da América fazer a guerra. Obviamente, se atacada, a América deve responder com toda sua capacidade. O mesmo é verdade se algum aliado é atacado. Mas a questão se torna mais complexa se uma ameaça, e não um ataque, está envolvida. A América deve avaliar cuidadosamente as consequências de suas ações, tanto para si mesma como o poder mais proeminente do mundo e para a evolução de longo prazo do sistema internacional como um todo. Pode ser que os EUA tenham que ir à guerra para tirar Saddam Hussein do poder no Iraque (..) Mas guerra é uma questão muito séria e imprevisível em suas consequências dinâmica- especialmente em uma região turbulenta- para ser realizada por desejo pessoal, medos demagogicamente articulados ou afirmações conjunturais vagas. (BRZEZINSKI, 2002, s/p)<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> “There is a right and a wrong way for America to wage war. Obviously, if it is attacked, America must respond with all its might. The same is true if an ally is attacked. But the issue becomes much more complex if a threat, but not an attack, is involved. America must then consider carefully the consequences of its actions, both for itself as the world’s preeminent power and for the longer-term evolution of the international system as a whole. The United

Pois,

Estas duas guerras possuem uma característica comum: elas são operações militares expedicionárias em territórios hostis. Em ambos os casos, a administração Bush desconsiderou realidades culturais complexas, rivalidades étnicas profundas gerando conflitos dentro de conflitos, vizinhanças regionais instáveis (...) e disputas territoriais não resolvidas. (BRZEZINSKI, 2012, p. 67) <sup>21</sup>

O “jeito errado” de fazer a Guerra é reflexo de uma avaliação equivocada da presidência W. Bush, e dos neoconservadores, sobre o cenário internacional, o combate ao terrorismo, os recursos de poder e o papel dos EUA. A ascensão neoconservadora, cujas origens datam da era Reagan, leva a uma maior polarização política interna, a um sentimento missionário religioso e valoriza uma perspectiva militarista, unilateral e unipolar. Tal perspectiva, simbólica da agenda neoconservadora (COOPER, 2011, TEIXEIRA, 2007) não condiz com os principais fluxos geopolíticos e geoeconômicos e é ineficiente para sustentar a estabilidade. A ascensão do Estado Islâmico, a eclosão da Primavera Árabe na região e as tensões econômicas são apenas alguns subprodutos destas ações. E,

as consequências foram um declínio dramático na posição global americana em contraste com a última década do século XX, uma deslegitimação progressiva da presidência (...) e da (...) credibilidade nacional e uma redução significativa da auto-identificação dos aliados norte-americanos com a segurança americana (BRZEZINSKI, 2012, p. 70) <sup>22</sup>

---

States may have to go to war to oust Saddam Hussein from power in Iraq (...) But war is too serious a business and too unpredictable in its dynamic consequences -- especially in a highly flammable region -- to be undertaken because of a personal peeve, demagogically articulated fears or vague factual assertions. (BRZEZINSKI, 2002, s/p)

<sup>21</sup> “These two wars had one common trait: they were expeditionary military operations in hostile territories. In both cases, the Bush administration showed little regard for the complex cultural settings, deeply rooted ethnic rivalries generating conflicts within conflicts, dangerously unsettled neighborhoods (...) and the unresolved territorial disputes (...)” (BRZEZINSKI, 2012, p. 67)

<sup>22</sup> “The consequences were a dramatic decline in America’s global standing in contrast to the last decade of the twentieth century, a progressive delegitimation of (...) presidential

Strategic Vision (2012) pode ser considerado a síntese destas críticas, avaliações e projeções de cenário. No texto, o autor retoma as políticas de W. Bush, apresenta um diagnóstico do mundo, da América e faz sugestões para a ação da presidência democrata de Barack Obama (2009/2016). Brzezinski indica o declínio do ocidente e dos Estados Unidos como referencial, e a inexistência de países que possam ocupar o posto de liderança global norte-americano, incluindo a China.

Ainda que reconheça o crescimento exponencial da China e seu reposicionamento, considera que seus avanços geoeconômicos são insuficientes para garantir a construção de uma nova ordem mundial alternativa aos EUA. Porém, não descarta a possibilidade de que o “sonho americano” de prosperidade, de inclusão e de consumo possa ser substituído por um “sonho chinês”. Os mesmos dilema, força e fraqueza se estende às demais potências emergentes como Índia, Brasil e Rússia: as vulnerabilidades superam os recursos de poder disponíveis e os impossibilitam de assumir o lugar dos EUA.

Por outro lado, sustenta a indagação a respeito da capacidade norte-americana em exercer este papel. A questão do declínio é muito presente. São identificadas seis deficiências: “a dívida nacional, um sistema financeiro falido, a crescente desigualdade social, a infraestrutura decadente, a ignorância do público e a paralisa política”<sup>23</sup> (BRZEZINSKI, 2012, p. 55). Mesmo com pontos positivos como “a força econômica, o potencial de inovação, a dinâmica demográfica, a mobilização reativa, a base geográfica e o apelo democrático”<sup>24</sup> (BRZEZINSKI, 2012, p. 55), a situação é sensível.

O resultado é uma crise permanente: o mundo será “em 2025, não chinês, mas caótico”<sup>25</sup> (BRZEZINSKI, 2012, p. 75). Diante deste cenário, procura indicar caminhos corretivos, sendo que algumas recomendações políticas foram incorporadas por Obama.

Dentre as recomendações, a principal é a necessidade da reforma doméstica, sem a qual as bases do poder norte-americano continuariam

---

and (...) national creditability, and a significant reduction in the self-identification of America's allies with America's security.” (BRZEZINSKI, 2012, p. 70)

<sup>23</sup> “(...) national debt, flawed financial system, widening social inequality, decaying infrastructure, public ignorance and gridlocked politics”. (BRZEZINSKI, 2012, p. 55)

<sup>24</sup> “(...) overall economic strength, innovative potential, demographic dynamics, reactive mobilization, geographic base and democratic appeal.” (BRZEZINSKI, 2012, p. 55)

<sup>25</sup> “By 2025, not Chinese but chaotic” (BRZEZINSKI, 2012, p. 75)

sendo corroídas. Obama parcialmente atendeu este objetivo, ao promover a recuperação econômica, restituir políticas sociais na área de educação e saúde e defender a reconciliação nacional. O sucesso foi parcial, na medida em que o processo não foi capaz de ser homogêneo ou inclusivo. Confrontados pelos efeitos da crise econômica de 2008, alguns setores como o automobilístico e o siderúrgico não conseguiram recuperação efetiva, aumentando o sentimento de exclusão. Este sentimento impulsionou o avanço do conservadorismo, do populismo, do nacionalismo e da xenofobia sintetizados na ascensão de Trump<sup>26</sup>.

No campo externo, as propostas também foram parcialmente incorporadas, principalmente com referência à China e ao Leste Asiático. Na região, defendia um movimento duplo com relação à China: a contenção e o engajamento, para a promoção de um “novo oriente estável e cooperativo”<sup>27</sup> (BRZEZINSKI, 2012, p. 155). O engajamento poderia ser alcançado por meio de uma nova trilateral e atualização dos arranjos capitalistas ao modelo chinês, e a contenção por uma reorganização do entorno chinês, com o fortalecimento do Japão e da Coreia do Sul. Um dos efeitos foi a criação da Parceria Transpacífica (TPP), composta pelo incremento de laços militares e pelo reposicionamento de efetivos na Ásia (com o aumento de ações no Mar do Sul da China<sup>28</sup>) e o acordo de livre comércio, consolidados a partir de 2015 (lembrando que este foi suspenso por Trump em Janeiro 2017 imediatamente após sua posse).

A posição do Ocidente precisava ser revitalizada a partir do eixo Atlântico, com o fortalecimento da aliança EUA-UE. A questão foi abordada por Obama com a modernização da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a abertura de negociações secretas em 2013 para um tratado bilateral de livre comércio Estados Unidos-UE (TTIP- Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) - estas negociações foram igualmente suspensas. Outro ponto, a criação de um “Ocidente vital e ampliado”<sup>29</sup> (BRZEZINSKI, 2012, p. 132), revela-se mais polêmico, ao propor a inclusão da Rússia e da Turquia e um “novo ocidente” para conter o “novo oriente”.

A Rússia é uma ameaça, devido a sua fraqueza, que leva ao risco

---

<sup>26</sup> Recomenda-se COLGAN and KEOHANE, 2017.

<sup>27</sup> “A stable and cooperative new East” (BRZEZINSKI, 2012, p. 155).

<sup>28</sup> A região se encontra em disputa territorial e é zona de passagem estratégica ver PINOTTI, 2015.

<sup>29</sup> “Vital and larger West” (BRZEZINSKI, 2012, p. 132).

do revisionismo, do vácuo de poder e de sua cooptação pelo sistema chinês. Esta cooptação ocorre por meio de acordos como a Organização de Cooperação de Xangai, negociações bilaterais no setor energético e parte da Nova Rota da Seda (One Belt, One Road - OBOR), que agrega nações eurásianas até a África Austral. A OCX, criada em 2001, engloba (até Novembro de 2017) países pivôs da Eurásia, como já definidos desde os anos 1970: Rússia, China, Tadjquistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Índia e Paquistão (além de observadores como Irã, Afeganistão, Mongólia e Belarus). A Nova Rota da Seda ocupa espaço similar na Eurásia, avançando à África Austral, por meio de projetos de infraestrutura e exploração energética. Diante deste cenário, defende que

para administrar efetivamente ambas as partes da Eurásia, ocidental e oriental, a América precisa adotar um papel duplo. Ela deve ser a promotora e garantidora de uma maior e mais abrangente unidade no ocidente, e deve ser a moderadora e conciliadora entre os maiores poderes do Leste. (BRZEZINSKI, 2012, p. 185)<sup>30</sup>

Se Obama deu passos para atingir estes propósitos defendidos, Trump desconstrói estes esforços. Em nenhum momento, até seu falecimento, Brzezinski deixou de criticar a gestão republicana, e de considerar a existência de um forte descompasso entre o mundo e os EUA. As consequências deste período, porém, serão objeto de análise de novos estrategistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atualidade das reflexões de Brzezinski ultrapassa limites temporais que tentam restringir sua obra à avaliação de suas ações na Casa Branca. A fluidez do sistema decisório norte-americano, a formação e a cooptação de quadros pensantes na academia, e sua transição ao governo durante a Guerra Fria, são produto de uma época específica e de uma sociedade que buscava os melhores meios para atingir seus

---

<sup>30</sup> "(...) to respond effectively in both the western and eastern parts of Eurasia, America must adopt a dual role. It must be the promoter and guarantor of greater unity in the West, and it must be the balancer and conciliator between the major powers in the East." (BRZEZINSKI, 2012, p. 185)

objetivos. Posteriormente, estas personagens continuaram atuando neste sistema e sua influência marcou a elaboração das agendas estratégicas estadunidenses por mais de cinco décadas.

Os diagnósticos geopolíticos e geoconômicos sobre a natureza e projeção de poder estadunidense, as características do sistema soviético, os Estados pivô eurásianos, a ascensão da China e das potências capitalistas europeias e asiáticas, o surgimento e consolidação do Terceiro Mundo e as cisões Norte-Sul, abordados no texto, indicam uma capacidade permanente de compreender o passado, o presente e de projetar o futuro. O importante era inovar e fazer escolhas, sempre com o mesmo objetivo: fortalecer, preservar e expandir a hegemonia dos EUA, com foco em mecanismos de poder multidimensionais e atualizados para sustentar o regime liberal-democrático.

A questão central que Brzezinski se colocava na última década, era se estes cenários e recomendações geopolíticas e geoconômicas ainda possuíam ressonância entre os formuladores de política e tomadores de decisão. À exceção da gestão de Barack Obama e iniciativas como o TPP e o TTIP e o aumento da presença militar e econômica na Ásia, a resposta do ex-Assessor de segurança Nacional era “não”: não existia da parte estadunidense uma percepção adequada dos fenômenos internacionais contemporâneos associados à transformação da Eurásia a partir da China e de sua aliança renovada com a Rússia, ou do encolhimento social, estratégico e econômico do país e seus principais aliados UE e Japão.

Isso gerava um elevado grau de ineficiência, na política e na economia, que atingiu seu auge na administração de W. Bush, e que Obama procurou reformular. Para Brzezinski, essa estagnação estratégica não era produto somente do 11/09/2001, mas, sim, parte da concepção neoconservadora de relações internacionais, presa ao conceito de unipolaridade e de projeção militar como principal instrumento de poder. A criação de novos comandos como o Comando Militar Africano (USAFRICOM), as atualizações do Comando Militar Europeu (EUPACOM) e da OTAN, do Comando Militar do Sul (USSOUTHCOM) e dos Comandos do Pacífico (USPACOM) e da Ásia Central (USCENTCOM), com foco no Atlântico Sul, no entorno sino-russo-indiano, no MSCh e nas operações militares na Eurásia no Afeganistão e Iraque, refletem esta dinâmica.

Nesta equação, encontra-se ausente um equilíbrio entre a geopolítica e a geoeconomia, associados a uma política doméstica disfuncional no que se refere a gastos públicos, reformas econômicas e polarizações sociais. Os investimentos militares crescentes e o aumento do intervencionismo têm tido

efeito oposto ao desejado: desgastam o poder norte-americano, sem impedir o avanço de adversários ou estabilizar as regiões prioritárias. Em contrapartida, as nações emergentes, como a China, focam-se em formas de projeção alternativas, começando pela expansão econômica, a qual passaram a se atrelar mecanismos de incremento de poder estratégico. O vácuo eurasiático pós-soviético, e em seu entorno, somado à África e à América do Sul, passou a ser ocupado não pelos EUA, mas pela China.

Obama, entretanto, pode desacelerar este processo, sem impedi-lo, ao reforçar os mecanismos de contenção de expansão de potências regionais na Eurásia: o encaminhamento do OBOR pela China e a incapacidade dos EUA de oferecer sinalizações econômicas positivas aos aliados demonstram as dificuldades correntes. Segundo Blackwill and Harris (2016), existe um descompasso entre a pauta geoeconômica e geopolítica, com foco nesta última. A visão geopolítica também se mostra desatualizada, não compreendendo a velocidade e a multidimensionalidade da expansão chinesa, avaliação similar à de Brzezinski.

Para aprofundar a crise estadunidense, a eleição de Donald Trump em 2016 iniciou um processo de rápida desconstrução destas iniciativas, cujos resultados seriam de médio e longo prazo. Como sinalizado, algumas das primeiras ações de Trump foram a suspensão dos projetos e negociações dos pivôs asiático e transatlântico, somadas, até o encerramento de 2017, à falta de uma doutrina estratégica. Neste contexto, as reflexões estratégicas de Brzezinski correm o risco de se tornar apenas assunto de leituras e debates sem aplicação prática.

É paradoxal pensar que em um cenário como o desejado por Trump, nos quais imigrantes são vistos como inimigos, uma personagem como Brzezinski talvez nunca chegasse a ser um membro ativo da universidade e do governo (ou talvez sequer fosse autorizado a imigrar). Apesar disso, e por isso, em meio às tendências de desconcentração de poder, multipolaridade, crise e fragmentação do século XXI, ler Brzezinski mantém-se como uma necessidade e um aprendizado para formuladores de política e tomadores de decisão na arena estratégica.

# **GEOPOLITICS AND GEOECONOMICS: HISTORY AND CONTEMPORANEITY IN ZBIGNIEW BRZEZINSKI 'S THOUGHT**

## **ABSTRACT**

---

Established in 1945, US hegemony has been built over these decades based on geopolitical and geoeconomic concepts, and with the contribution of different thinkers. The goal of this article is to analyze the nature and origins of the reflections of one of these thinkers, Zbigniew Brzezinski, his contributions and impacts on the area of strategic studies, based on his works, his tenure ahead of the National Security Council in the US and as a consultant for the White House. The text is divided into three parts, besides the Introduction and Final Thoughts: a study regarding the 1950s and 1970s, focusing on Brzezinski's initial performance as an academic and the relation of his influence as an analyst and strategist to the Cold War and the specific features of the American political system, the geopolitical and geoeconomic thought in bipolarity and, lastly, at the post-Cold War World.

**Key words:** Geopolitics; Geoeconomics; United States; Zbigniew Brzezinski

## REFERÊNCIAS

BLACKWILL, Robert D. and HARRIS, Jennifer M. War by other means- geoeconomics and statecraft. Bleknep Press: Cambridge, Massachussets, London. 2016

BRZEZINSKI, Zbigniew. América: laboratório do mundo- a era tecnetrônica & o desafio universal. Rio de Janeiro: Ed. Artenova. 1971

BRZEZINSKI, Zbigniew. The Changing International System, and America's Role. October, 5, 1975. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1975/10/05/archives/the-changing-international-system-and-americas-role.html>. Acesso em 10 mai. 2017.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Power and principle: memoirs of the national security advisor- 1977/1981. New York: Farrar Straus & Giroux. 1983.

BRZEZINSKI, Zbigniew. O grande desafio EUA-URSS. Rio de Janeiro: Nórdica. 1986

BRZEZINSKI, Zbigniew. O grande fracasso- o nascimento e morte do comunismo no século XX. Rio de Janeiro: Ed. Record. 1989

BRZEZINSKI, Zbigniew. Out of Control. New York: Touchstone. 1995.

BRZEZINSKI, Zbigniew. The grand chessboard- American primacy and its geostrategic imperatives. New York: Basic Books. 1997

BRZEZINSKI, Zbigniew. The geostrategic triad- living with China, Europe and Russia. Washington: Center for Strategic and International Studies. 2000.

BRZEZINSKI, Zbigniew. The choice. New York: Basic Books. 2004

BRZEZINSKI, Zbigniew. Second chance- three presidents and the crisis of American superpower. New York: Basic Books. 2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Strategic Vision- America and the crisis of

global power. New York: Basic Books. 2012

BRZEZINSKI, Zbigniew. "If we must fight". Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2002/08/18/if-we-must-fight/2c5bd4ce-6d36-45e1-8e68-e719c848ecda/?utm\\_term=.30e5f09c4b4e](https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2002/08/18/if-we-must-fight/2c5bd4ce-6d36-45e1-8e68-e719c848ecda/?utm_term=.30e5f09c4b4e). Acesso em 10 maio 2017.

BRZEZINSKI, Zbigniew and SCOWCROFT, Brent. America and the world- conversations on the future of American foreign policy (moderated by David Ignatius). New York: Basic Books. 2008

BRZEZINSKI, Zbigniew and WASSERMAN, Paul. "Why the World Needs a Trump Doctrine". Disponível em <https://www.nytimes.com/2017/02/20/opinion/why-the-world-needs-a-trump-doctrine.html>. Acesso em 01 mai. 2017.

CARTER, Jimmy. State of the Union Address 1980. January 23, 1980. Disponível em <https://www.jimmycarterlibrary.gov/documents/speeches/su80jec.phtml>. Acesso em 15 mai. 2017

COLGAN, Jeff and KEOHANE, Robert O. "The Liberal Order is rigged". Foreign Affairs May/June 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2017-04-17/liberal-order-rigged>. Acesso em 01 agosto, 2017.

COOPER, Danny. Neoconservatism and American foreign policy. London and New York: Routledge. 2011

FUKUYAMA, Francis. "The end of history?". The National Interest, 1989.

GATI, Charles (ed). Zbig- the strategy and statecraft of Zbigniew Brzezinski. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2013.

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Ed. UFRGS: Porto Alegre. 1999.

HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John. O Federalista. Brasília: Ed. UnB. 1994.

HAMRE, John. Statement. Disponível em: <https://www.csis.org/statement-dr-john-j-hamre-csis-president-and-ceo>. Acesso em 26 de Maio, 2017.

HOFFMANN, Stanley "An American Social Science: International Relations". *Daedalus*, Vol. 106, No. 3, Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary Scholarship, Volume I (Summer, 1977), pp. 41-60

HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997

IKENBERRY, John G. *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order*. Princeton University Press: New York. 2012.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Campus, Rio de Janeiro, 1991

KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Simon and Schuster, NY, 1994

MELLO, Leonel Itaussu. *Quem tem medo da geopolítica*. São Paulo: Hucitec/Edusp. 1999.

NYE JR., Joseph S. *Bound to lead*. Basic Books, New York. 1990

PINOTTI, Talita. "China e Vietnã no Mar do Sul da China: disputas e questões estratégicas". *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* v.4, n.8, Jul./Dez. 2015. p. 163-183

ROSATI, Jerel and SCOTT, James M. *The Politics of United States Foreign Policy*. Boston: Wadsworth, 5th ed. 2011

ROTHKOPF, David J. "Setting the stage for the current era" in GATI, Charles (ed). *Zbig- the strategy and statecraft of Zbigniew Brzezinski*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2013.

SKIDMORE, David. "Carter and the Failure of Foreign Policy Reform". *Political Science Quarterly*, Vol. 108, No. 4 (Winter, 1993-1994), pp. 699-

729

TEIXEIRA, Tatiana. Os think tanks e sua influência na política externa dos Estados Unidos. Ed. Revan: Rio de Janeiro. 2007

TEIXEIRAA, Carlos Gustavo Poggio. "Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa". Revista Brasileira de Política Internacional, v.50, n.2, Dec, 2007, p. 80-96. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292007000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200006&lng=en&nrm=iso)>. access on 14 Apr. 2017.

VAISSE, Justin. "Zbig, Henry, and the New US Foreign Policy Elite" in GATI, Charles (ed). Zbig- the strategy and statecraft of Zbigniew Brzezinski. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 2013.

VANCE, Cyrus. Hard choices- critical years in America's foreign policy. Simon and Schuster: NY. 1983.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O grande Oriente Médio. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2014

WITTKOPF, Eugene R, and JONES, Christopher M. and KEGLEY Jr, Charles W. American foreign policy- pattern and process. New York: St. Martin's Press. 7th edition, 2008.

X. "The sources of soviet conduct". Foreign Affairs, 25(4) July 1947. p. 566-582

Recebido em: 16/10/2017

Aceito em: 27/12/2017